



**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Apelação Cível n.º: 0332415-4**

**23ª Vara Cível de Recife**

**Apelante: BANCO ABN AMRO REAL S.A.**

**Apelado: MARCONDES FERREIRA DE LIMA**

**Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho**

**EMENTA:** MEDIDA CAUTELAR. FORNECIMENTO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. DEVER DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE APRESENTAR DOCUMENTO COMUM ÀS PARTES. EXTRATOS DE CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.

1. A instituição bancária tem a obrigação de guardar e exibir em juízo a documentação ligada ao desempenho de sua atividade, não podendo alegar simplesmente que não o detém, já que os extratos bancários são documentos comuns às partes, não cabendo a recusa em apresentá-los (art. 358, inciso III, CPC).
2. O banco tem o dever de apresentar aos seus correntistas os extratos de suas contas, em caso de o requerente ter comprovado o fato constitutivo de seu direito, informando os elementos necessários para a localização da conta, ou seja, todos os dados pessoais do correntista/apelado, bem como sua agência;
3. A exibição dos extratos de conta poupança é de rigor, tendo em vista que tais documentos ficam à disposição da entidade bancária e podem ser apresentados com facilidade;

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos da apelação cível nº 0332415-4, em que figura como apelante **BANCO ABN AMRO REAL S.A.** e apelado **MARCONDES FERREIRA DE LIMA**; ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de apelação, de acordo com o voto do relator.

Recife, 10 de junho de 2014.

  
**Stênio Neiva Coêlho**  
Desembargador Relator



**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível n.º: 0332415-4

23ª Vara Cível de Recife

Apelante: BANCO ABN AMRO REAL S.A.

Apelado: MARCONDES FERREIRA DE LIMA

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de apelação cível interposto por BANCO ABN AMRO REAL S.A. em face de sentença (fls. 113/115) que julgou procedente o pedido da exordial para condenar a instituição financeira a apresentar os documentos solicitados (extratos da conta poupança relativos aos períodos de junho/julho de 1987, janeiro/fevereiro de 1989, abril/maio de 1990, janeiro/fevereiro/março de 1991) no prazo de quinze dias. Condenou ainda o banco ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 200,00 (duzentos reais).

O banco apelante interpôs agravo retido às fls. 78/82.


Irresignado, o banco apelante alega (fls. 118/134), em síntese: i) que não há o mínimo de indício de que manteve contrato junto ao banco, tornando a obrigação de exibir impossível e ser a hipótese de extinção do processo sem resolução do mérito por inépcia; ii) que não houve solicitação administrativa dos documentos; iii) que o prazo assinado pelo juízo *a quo* para a juntada de tais documentos comporta dilação; iv) que não houve individualização do que pretende ver exibido; v) que há a necessidade do pagamento de tarifa para fornecimento dos documentos pleiteados; vi) que não há que se falar em obrigatoriedade na manutenção dos documentos; vii) que, por fim, a decisão deve ser reformada por haver excesso no arbitramento da verba sucumbencial.

Devidamente intimado para apresentar contrarrazões, a parte apelada deixou transcorrer *in albis* o prazo legal sem qualquer manifestação, conforme certidão à fl. 141 dos autos.

Em virtude do valor da condenação não ultrapassar a importância de 60 (sessenta) salários mínimos, tampouco envolver a questão em lide matéria de alta indagação, por aplicação analógica do art. 551, §3º do CPC, referendado pelo art. 76, Parágrafo Único, do RITJPE, fica dispensada a remessa dos autos ao revisor, ocasião em que peço pauta.

É o relatório. Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 3 de junho de 2014.

  
Stênio Neiva Coêlho  
Desembargador Relator



**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível n.º: 0332415-4

23ª Vara Cível de Recife

Apelante: BANCO ABN AMRO REAL S.A.

Apelado: MARCONDES FERREIRA DE LIMA

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

**VOTO**

**DO AGRAVO RETIDO**

Não conheço do agravo retido interposto às fls. 78/82 pelo apelante, pois não observei requerimento expresso para sua apreciação em preliminar de apelação, consoante inteligência do artigo 523, 1º do Código de Processo Civil.

Nesse sentido:

“DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. CONEXÃO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AGRAVO RETIDO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO EXPRESSO. §1º DO ART. 523 DO CPC. RECURSO NÃO CONHECIDO. AGRAVO RETIDO. DECISÃO QUE RECEBE O RECURSO DE APELAÇÃO NOS EFEITOS SUSPENSIVO E DEVOLUTIVO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE CONSTANTE DA SENTENÇA. RECURSO IMPROCEDENTE. EXCESSO DE ENCARGOS CONTRATUAIS. JUROS ANTES DA ENTREGA DO IMÓVEL. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INCC/INPC. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. IMPOSSIBILIDADE. INADIMPLEMENTO DO DEVEDOR. ÔNUS PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ART. 333, I, DO CPC. CONTRADIÇÃO NA SENTENÇA. SUPRESSÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. OCORRÊNCIA. PROPORÇÃO DESIGUAL. CAPUT DO ART. 21 DO CPC. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. UNANIMIDADE. 1. Não se conhece do agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo tribunal. Incidência do §1º do art. 523 do código de processo civil. 2. Não ocorrendo nenhuma das exceções previstas nos incisos do art. 520 do código de processo civil, os recursos de apelação das partes devem ser recebidos nos efeitos devolutivo e suspensivo, por incidência da regra geral do caput do art. 520 do CPC. Execução provisória que depende de caução suficiente e idônea de que trata o inciso iii do art. 475-o do código de processo civil, o que não ocorreu. Recurso ao qual se nega provimento. [...] Recurso parcialmente procedente.”

(TJPE; APL 0002547-92.2002.8.17.0810; Quarta Câmara Cível; Rel. Des. Eurico de Barros Correia Filho; Julg. 13/12/2012; DJEPE 10/01/2013; Pág. 173)

Sendo assim, voto no sentido de **não conhecer** o agravo retido.

Trata-se, na origem, de Ação Cautelar de exibição de documentos, em que o apelado requereu a exibição dos extratos da conta poupança relativos aos períodos de junho/julho de 1987, janeiro/fevereiro de 1989, abril/maio de 1990, janeiro/fevereiro/março de 1991

O demandante juntou à fl. 13 dos autos o comprovante da solicitação feita diretamente ao banco, datada de 30/05/2007, em que consta o carimbo do banco confirmando o seu recebimento.

Pois bem, o artigo 844, II, do Código de Processo Civil, trata da medida cautelar de exibição de documentos, dispondo que “*Tem lugar como procedimento preparatório, a exibição judicial – de documento próprio ou comum, em poder do co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor, ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios*”.



No caso em comento, a parte autora visa obter a exibição dos extratos de caderneta de poupança, onde discrimina claramente o ano em que pretende ver exibidos os referido documentos, objetivando a interposição de futura ação.

Neste contexto, sabe-se que o banco tem a obrigação de guardar e exibir em juízo a documentação ligada ao desempenho de sua atividade, não podendo alegar simplesmente que não o detém, como o faz à fl. 129.

Ademais, os extratos bancários almejados consistem de fato em documentos comuns às partes, não podendo a demandada se recusar a apresentá-los, em atenção à inteligência do art. 358, inciso III, do CPC<sup>1</sup>.

Acerca da matéria em análise, trago à baila a jurisprudência do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - DEVER DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE APRESENTAR DOCUMENTO COMUM ÀS PARTES - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE LEI - DEVER DE INFORMAÇÃO - PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - INOVAÇÃO RECURSAL - ANÁLISE NESTA FASE PROCESSUAL - IMPOSSIBILIDADE - AGRAVO IMPROVIDO."**

(82733 SP 2011/0200834-5, Relator: Ministro MASSAMI UYEDA, Data de Julgamento: 28/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/03/2012)

Entendo ser evidente a obrigação da instituição financeira em exibir os extratos pretendidos pela parte apelada, tendo em vista se tratar de medida preparatória ao ajuizamento de futura demanda.

Em que pese os argumentos aventados, à luz da jurisprudência deste Egrégio Tribunal e do STJ, indubitável que os contratos bancários representam relação de consumo entre o consumidor hipossuficiente e a instituição financeira, aplicando-se sim a inversão do ônus da prova, conforme preceitua o art. 6º, VIII do CDC, cabendo, portanto, a exibição dos extratos da conta poupança por parte da instituição financeira.

Neste sentido, colaciono recente jurisprudência desta Corte:

**"AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO JULGADA PROCEDENTE COM FULCRO NO ART. 269, I DO CPC. FORNECIMENTO DE EXTRATOS BANCÁRIOS PARA EMBASAR FUTURA AÇÃO DE COBRANÇA. MATÉRIA NÃO ABRANGIDA PELO RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL PELO STF. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SUCESSORA. RESPONSABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 269I CPC 1. A matéria objeto do presente recurso não se encontra abrangida pela determinação de suspensão em razão de reconhecimento, no âmbito do STF da repercussão geral em matéria constitucional concernente ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito em face dos expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos Bresser, Verão e Collor I e II. 2. É plenamente válida a responsabilização da pessoa jurídica sucessora, porquanto contraente dos direitos e obrigações oriundos da atividade. 3. A matéria da presente demanda já fora objeto de apreciação pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, em diversas oportunidades, tendo-se firmado o entendimento**

<sup>1</sup> Art. 358 - O juiz não admitirá a recusa: [...] III - se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.



de que o dever de exibição de documentos por parte da instituição bancária decorre do direito de informação ao consumidor (art. 6º, III, do CDC). 6ºIICDC 4. Recurso não provido.”

(2798734 PE 0019066-98.2012.8.17.0000, Relator: Bartolomeu Bueno, Data de Julgamento: 11/10/2012, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 193)

“DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. EXTRATOS DE CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. COMINAÇÃO DE ASTREINTES. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 372 DO STJ. DEVER DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA DE EXIBIR OS HISTÓRICOS FINANCEIROS DO POUPADOR. INVERSÃO CONSUMERISTA DO ÔNUS PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO DEVER BANCÁRIO DE INFORMAÇÃO E DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. PROVIMENTO PARCIAL. [...] A inversão consumerista do ônus probatório, o dever contratual de informação e o princípio da boa-fé objetiva impõem às instituições bancárias à exibição dos históricos financeiros dos poupadores, na seara das discussões sobre as perdas com expurgos inflacionários. Apelação parcialmente provida, para reformar a sentença e excluir a cominação de multa diária, mantida a condenação sucumbencial do Apelante, ante o decaimento mínimo do pleito de seu adversário.359CPC”

(427598420078170001 PE 0042759-84.2007.8.17.0001, Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Data de Julgamento: 15/01/2013, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13)

Nesse contexto, é totalmente admissível a determinação para a exibição dos dados requisitados no prazo de 15 (quinze) dias estabelecido pelo magistrado de primeiro grau.

Diante do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo, mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos, pois analisou corretamente as questões postas em julgamento, conferindo à causa a mais adequada e justa solução, razão pela qual resiste claramente às críticas que lhe são dirigidas nas razões recursais.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.

  
Stênio Neiva Coêlho  
Desembargador Relator